



Justiça Acessível
Relatório da situação em Portugal

ENABLE - Permitir a inclusão e o acesso à justiça de arguidos com deficiência intelectual e psicossocial

A FENACERCI criou este documento informativo como parte do projeto ENABLE.



Cofinanciado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Comissão Europeia. Nem a União Europeia nem a autoridade que concedeu o financiamento podem ser responsabilizadas pelos mesmos.

ENABLE - 101056701 - JUST-2021-JACC

Índice

Sobre o que fala este documento.....	4
O projeto.....	4
Com este projeto queremos:	4
Como vamos fazer isso?	5
Compreender o acesso à justiça	6
O que fizemos.....	7
O que descobrimos.....	8
Algumas coisas que as pessoas com deficiência nos disseram....	9
Algumas coisas que os profissionais da justiça nos disseram....	10
Coisas que podem ajudar.....	10
O que tem de mudar	11
Conclusões e Recomendações.....	12

Sobre o que fala este documento

Este documento fala sobre como são tratadas pelo sistema jurídico em Portugal as pessoas com deficiência intelectual e doença mental.

O sistema jurídico diz respeito às leis, aos tribunais, aos juízes, aos advogados, à polícia e a outros grupos.

O projeto

O projeto ENABLE quer garantir que as pessoas com deficiência intelectual e doença mental são tratadas de forma justa pelo sistema jurídico.

Quer garantir que elas são tratadas de forma justa quando têm de ir a tribunal.

Este projeto está a ser desenvolvido em 8 países da Europa.

Com este projeto queremos:

Compreender os problemas que existem

Queremos aprender sobre as coisas que tornam difícil o acesso das pessoas com deficiência ao sistema jurídico.

Ajudar profissionais do sistema jurídico

Queremos ajudar advogados, polícias e juízes

a tornar o sistema jurídico justo para as pessoas com deficiência.

Queremos que eles conheçam as leis

que protegem os direitos das pessoas com deficiência.

Trabalhar juntos

Queremos juntar pessoas que apoiam as pessoas com deficiência com aquelas que trabalham no sistema jurídico.

Quando trabalhamos juntos podemos garantir

que as pessoas com deficiência têm a ajuda de que precisam.

Como vamos fazer isso?

Investigar

Vamos falar com pessoas com deficiência e profissionais que trabalham no sistema jurídico.

Assim vamos perceber melhor os problemas.

Criar documentos/guias

Vamos fazer documentos para advogados, polícias e juízes.

Esses documentos vão ajudá-los a perceber

como podem tratar as pessoas com deficiência de maneira justa.

Planear serviços ou respostas

Vamos fazer um plano para melhorar os serviços que ajudam pessoas com deficiência em questões jurídicas.

Por exemplo, como podem arranjar um advogado.

Queremos ter certeza de que todos são tratados de forma justa no nosso sistema jurídico.

O que é o acesso à justiça?

O acesso à justiça significa que todos têm o direito a serem tratados de forma justa pela lei.

Às vezes, as pessoas com deficiência podem ter dificuldades em serem tratadas de forma justa.

Isto pode acontecer por:

1. Limitação dos direitos:

Os seus direitos podem não ser protegidos pela lei como deviam.

2. Barreiras Físicas:

Alguns lugares, como tribunais e esquadras da polícia, podem ser de difícil acesso.

3. Transporte:

As pessoas com deficiência podem não ter forma de chegar a esses lugares.

4. Dificuldades de ajuda jurídica:

Arranjar um advogado que saiba como é a vida das pessoas com deficiência pode ser muito difícil.

5. Barreiras à informação:

A informação sobre os seus direitos muitas vezes não é explicada de uma forma que elas possam perceber.

6. Atitudes negativas:

Para algumas pessoas, as pessoas com deficiência não precisam de saber o que está a acontecer no tribunal.

Também não devem dar a sua opinião sobre o que os advogados e os juízes dizem sobre o seu caso.

7. Falta de formação:

Muitos polícias, advogados e juízes não sabem trabalhar com pessoas com deficiência.

Isto pode fazer com que as pessoas com deficiência não tenham a mesma proteção que as outras pessoas.

O que fizemos

Conversamos com várias pessoas e fizemos investigação.

Analisamos leis e acordos internacionais e conversámos com especialistas.

Também entrevistámos pessoas que conhecem estes assuntos.

O que descobrimos

Aqui estão algumas coisas importantes que descobrimos:

- As pessoas com deficiência têm dificuldades em perceber como funcionam os tribunais e a justiça.
Isto acontece porque não percebem o que se passa nos tribunais ou quando são acusadas de um crime.
Esta é a realidade em muitos países, incluindo Portugal.
- A lei diz que as pessoas com deficiência devem receber ajuda para perceber estas coisas.
Mas isto nem sempre acontece.
- Precisamos de mudar a forma como pensamos sobre as pessoas com deficiência.
É preciso saber o podemos fazer para tornar as coisas mais fáceis para estas pessoas.
- Portugal deve fazer mais para ajudar as pessoas com deficiência que são acusadas de crimes.
- A lei não diz como podemos garantir que as pessoas com deficiência compreendem os seus direitos.
- Não existe nenhuma lei que diga que as pessoas com deficiência podem ter alguém que as ajude a perceber o que acontece num tribunal.

- A lei não deixa amigos ou familiares acompanharem as pessoas com deficiência ao tribunal, para as apoiar.
- As pessoas com deficiência intelectual ou doença mental podem ter dificuldade em compreender as informações.
- Muitos tribunais e esquadras em Portugal não são acessíveis às pessoas com deficiência.
- Os sítios internet relacionados com a justiça têm de ser acessíveis.
- Há falta de formação para a polícia, advogados e juízes sobre como ajudar as pessoas com deficiência.
- Muitas vezes, as pessoas com deficiência internadas em hospitais por decisão dum tribunal, não podem dizer como gostavam de ser tratadas.
- Não se fala sobre as dificuldades destas pessoas para perceberem o que dizem os tribunais e os juízes.

Algumas coisas que as pessoas com deficiência nos disseram

- Muitas pessoas não se lembravam de terem sido informadas sobre os seus direitos quando foram detidas.
Elas confiaram nos seus advogados para lhes explicarem as coisas.
- Algumas pessoas puderam a ter com elas alguém da sua confiança.
Isto torna a comunicação mais fácil.
- Os advogados foram importantes para as ajudar a compreender tudo o que estava a acontecer.

- Os agentes da polícia quase nunca perguntavam se precisavam de ajuda.
- Algumas pessoas disseram que se fez nada para as ajudar durante as audiências.
Por exemplo,
terem intérpretes de língua gestual ou imagens.
- Falar com os juízes era difícil porque não conseguiam entender o que eles diziam.

Algumas coisas que os advogados e juízes nos disseram

- É difícil termos a certeza que as pessoas percebem o que está a acontecer no tribunal.
Ainda é mais difícil quando as pessoas têm deficiência intelectual.
- Às vezes as deficiências não estão identificadas nos processos.
Isto pode dar problemas mais tarde.
- Os advogados e os juízes podem não saber o que fazer para tornar as coisas mais fáceis de perceber.
- Os advogados e os juízes precisam de mais formação sobre estes temas.
- Os advogados e os juízes muitas vezes não têm tempo para ajudar as pessoas com deficiência.

Coisas que podem ajudar

- Em alguns sítios há grupos formados por polícias, organizações de pessoas com deficiência e advogados e juízes.

Estas pessoas trabalham em conjunto para ajudar as pessoas com deficiência.

O que deve mudar

- Portugal precisa de ajudar mais as pessoas com deficiência que têm de ir a um tribunal. Tem de ter leis que digam como ajudar estas pessoas. Isto é ainda mais importante se são acusadas de um crime.
- As pessoas que trabalham nas esquadras e nos tribunais devem usar uma linguagem simples. Têm de dar informações que sejam fáceis de entender.
- As pessoas com deficiência devem ter uma palavra a dizer sobre a forma como são tratadas nos tribunais e nas esquadras.
- As pessoas que trabalham no sistema jurídico precisam de melhor formação sobre a deficiência. Devem aprender sobre as melhores maneiras de ajudar as pessoas com deficiência e partilhar esse conhecimento.
- Devem ser criados serviços de apoio para ajudar as pessoas com deficiência nos processos judiciais.
- As pessoas que não podem ser responsáveis pelos crimes que praticam não devem ser enviadas para a cadeia.

Estas mudanças vão garantir que as pessoas com deficiência são tratadas de forma justa pelo sistema de justiça português.

Conclusões e Sugestões

Para melhorar as coisas, devemos:

- Ter regras claras para se ter ajuda durante os processos judiciais.
- Formar juízes e profissionais da justiça sobre como falar com as pessoas com deficiência.
- Ser possível ter ajudantes no tribunal que facilitem as coisas para as pessoas com deficiência.
- Ser mais fácil para as pessoas com deficiência prestar serviço comunitário em vez de pagar multas ou ir para a prisão.
- Fazer da ajuda às pessoas com deficiência no sistema jurídico uma prioridade em Portugal.
- Mudar as leis para que digam como ajudar as pessoas com deficiência, principalmente quando são acusadas de alguma coisa.
- Usar uma linguagem simples e fácil de entender.
- Conversar com pessoas com deficiência e os seus representantes sobre como tornar o sistema jurídico mais acessível.
- Assegurar que as pessoas com deficiência que têm de ir para um hospital psiquiátrico podem falar com um advogado.
- Dar formação aos profissionais da justiça e criar documentos sobre como podem ajudar.